



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sul-rio-grandense

Projeto Pedagógico Institucional

*do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense*

*Sabemos o caminho, mas não exatamente
onde estamos na jornada.*

Boaventura de Souza Santos

Administração em exercício na elaboração do PPI

Presidenta da República | Dilma Roussef
Ministro da Educação | Aloizio Mercadante
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica | Marco Antônio de Oliveira

Instituto Federal Sul-rio-grandense

REITOR

Antônio Carlos Barum Brod

CONSELHO SUPERIOR

Antônio Carlos Barum Brod
Adão Antônio de Souza Júnior
Adão Fernando Santos da Silva
Alessandro Almeida Schwonke
Alex Mulattieri Suarez Orozco
Alexandre Ferreira Escouto
Alexandre Luís de Souza Nunes
Alexandre Pitol Boeira
Andréia Cabral Colares Pereira
Angelo Marcos de Freitas Diogo
Antônio Pedro da Silva Júnior
Carlos Cardoso da Costa Silva Júnior
Carlos Alberto Pinto da Rosa
Carlos Emílio Padilla Severo
Cléia de Andrade Salles

Daiani Luche Dorow
Daniel Almeida Hecktheuer
Danielle Schweickardt
Douglas Pinho de Ávila
Eduardo Rodrigues Macluf
Elias Holeva
Flávia Lopes Solari
Francilon Lima Simões
Francisco Carlos Gonçalves Brongar
Horacy Fagundes da Rosa Júnior
Idilio Manoel Brea Victoria
Jayme Andrade Neto
José Carlos Pereira Nogueira
Júlia Roberta Sehn
Juliana Roldão Bittencourt
Laura Clarice Soares de Oliveira da Rosa
Leonardo Campos Soares
Marcelo Bender Machado
Nilton Roberto Pinheiro
Paulo Caetano Virote de Souza
Ricardo Jouglard
Ricardo Lemos Sainz
Ricardo Pereira da Costa
Vitor Hugo Borba Manzke
Willian Bouvier

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Antônio Carlos Barum Brod
Daniel Espírito Santo Garcia
Janete Otte

Odeli Zanchet
Marcos André Betemps Vaz da Silva
Lúcio Almeida Hecktheuer
Alessandro de Souza Lima
Alexandre Pitol Boeira
Antônio Pedro da Silva Júnior
Cléia de Andrade Salles
Idílio Manoel Brea Victória
José Carlos Pereira Nogueira
Marcelo Bender Machado
Ricardo Lemos Sainz
Ricardo Pereira da Costa

PRÓ-REITORES

Daniel Espírito Santo Garcia
Pró-Reitor de Administração e de Planejamento

Janete Otte
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Odeli Zanchet
Pró-Reitor de Ensino

Marcos André Betemps Vaz da Silva
Pró-Reitor de Extensão

Lúcio Almeida Hecktheuer
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

DIRETORES DOS CÂMPUS

Alessandro de Souza Lima
Diretor-Geral do Campus Avançado Santana do Livramento

Antônio Pedro da Silva Júnior
Diretor-Geral do Campus Charqueadas

Cléia de Andrade Salles
Diretora-Geral do Campus Sapucaia do Sul

Idílio Manoel Brea Victória
Diretor-Geral do Campus Bagé

José Carlos Pereira Nogueira
Diretor-Geral do Campus Pelotas

Alexandre Pitol Boeira
Diretor-Geral do Campus Passo Fundo

Leonardo Missiaggia
Diretor-Geral do Campus Camaquã

Ricardo Lemos Sainz
Diretor-Geral do Campus Pelotas-Visconde da Graça

Marcelo Bender Machado
Diretor-Geral do Campus Venâncio Aires

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Clarice Francisco Brauner

Dóris de la Rocha Ladeira

Jair Jonko Araujo

Leonardo Olsen de Campos Silva

Liane Orcelli Marques

Luanda Alvariza Gomes Ney

Luis Otoni Meireles Ribeiro

Mário Renato Chagas Júnior

Mariza Valente Karam

Odeli Zanchet

Paulo Eduardo Grischke

Roger Soares Lemes

Projeto gráfico e diagramação:

Patrícia Koschier Buss Strelow e Lisiane Corrêa Gomes Silveira

(Coordenadoria de Comunicação Social - CCS)

Instituto Federal Sul-rio-grandense - Reitoria

Gonçalves Chaves, nº 3218, Centro. Pelotas/RS
CEP 96.015-560 | (53) 3026-6050 | reitoria@ifsul.edu.br

Câmpus Bagé

Av. Leonel de Moura Brizola, 2501 - Bairro Pedra Branca - Bagé/RS
CEP 96.418-400 | (53) 3247-3237 | bage@ifsul.edu.br

Câmpus Camaquã

Rua Ana Gonçalves da Silva, 901 - Bairro Olaria - Camaquã/RS
CEP 96.180-000 | (51) 3671-7350 | camaqua@ifsul.edu.br

Câmpus Charqueadas

Rua General Balbão, 81 - Bairro Centro - Charqueadas/RS
CEP 96.745-000 | (51) 3658-3775 | gabdir@charqueadas.ifsul.edu.br

Câmpus Gravataí

Estrada da Cavallhada, 1370 - Morada Gaúcha - Gravataí/RS
CEP 94.195-340 | (51) 99116-8007 | gravatai@ifsul.edu.br

Câmpus Avançado Jaguarão

Rua Conselheiro Diana, 650 - Kennedy - Jaguarão/RS
CEP 96.300-000 | (53) 99923-4801 - 9148-2109 | jaguarao@ifsul.edu.br

Câmpus Lajeado

Rua Paul Harris, 488 - Bairro Campestre - Lajeado/RS
CEP 95.900-000 | (51) 99244-1686 | lajeado@ifsul.edu.br

Câmpus avançado Novo Hamburgo

Rua Pinheiro Machado nº 205 - Bairro Industrial - Novo Hamburgo/RS
CEP 93.320- 490 | (51) 99137-9601 | novohamburgo@ifsul.edu.br

Câmpus Passo Fundo

Estrada Perimetral Leste, 150 - Passo Fundo/RS
CEP 99.064-440 | (54) 3311-2916 | gabdir@passofundo.ifsul.edu.br

Câmpus Pelotas

Praça Vinte de Setembro, 455 - Centro - Pelotas/RS
CEP 96.015-360 | (53) 2123-1000 | gabdir@pelotas.ifsul.edu.br

Câmpus Pelotas - Visconde da Graça (CAVG)

Av. Ildelfonso Simões Lopes, 2791 - Bairro Arco-Íris - Pelotas/RS
CEP 96.060-290 | (53) 3309-5550 | cavg@cavg.ifsul.edu.br

Câmpus Santana do Livramento

Av. Paul Harris, 410 - Bairro Centro - Santana do Livramento/RS
CEP 97.574-360 | (55) 3242- 9090 | gabdirlivramento@ifsul.edu.br

Câmpus Sapiranga

Av Carlos Gilberto Weis, 155 - Oeste - Sapiranga/RS
CEP 93.800-000 | (51) 3599-7600 | sapiranga@ifsul.edu.br

Câmpus Sapucaia do Sul

Av. Copacabana, 100 - Bairro Piratini - Sapucaia do Sul/RS
CEP 93.216-120 | (51) 3452-9200 | comunicacao@sapucaia.ifsul.edu.br

Câmpus Venâncio Aires

Av. das Indústrias, 1865 - Bairro Universitário - Venâncio Aires/RS
CEP 95.800-000 | (51) 3793-4200 | davenancioaires@ifsul.edu.br

O projeto pedagógico institucional

01	Apresentação	08
02	Sinopse histórica	09
03	O contexto de sua reconstrução	10
04	Função social	14
05	Filosofia	14
06	Missão	14
07	Valores	14
08	Das finalidades, características e objetivos	14
09	Currículo	16
10	Noção de competência	17
11	Avaliação	19
12	Políticas de ensino para educação básica	21
13	Políticas para o ensino superior de graduação, pós-graduação e pesquisa	23
14	Políticas de ensino para educação a distância	26
15	Políticas de inclusão de pessoas com necessidade de educação especial	27
16	Referências bibliográficas	28

O Projeto Pedagógico Institucional

1. Apresentação

Diante dos contínuos e rápidos avanços que ocorrem na sociedade atual, precisamos de uma educação que enfatize a aprendizagem de valores e atitudes para conviver em democracia e que, no domínio dos conhecimentos, habilite os cidadãos a discutirem questões do interesse de todos.

Na sociedade contemporânea, o modelo de produção exige que se pense numa educação voltada ao desenvolvimento das habilidades e ao atendimento das exigências do mercado. No entanto, esse modelo não pode impedir o Instituto Federal Sul-rio-grandense de empreender esforço coletivo para vencer as barreiras que inviabilizam a construção de uma escola público-educadora, de fato, para o exercício pleno da cidadania, instrumento real de transformação social.

Sabe-se que não cabe apenas à educação toda a tarefa da transformação da sociedade. Entretanto, ela torna-se um fator importante, que pode ajudar na reinvenção de uma nova relação social, na qual discursos diferentes não impedem o diálogo.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, agora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no decorrer de seus 68 anos de existência, participa da evolução

da sociedade sul-rio-grandense como agente de transformação, comprometido com a cidadania. A principal marca da escola - a qualidade de ensino - tem base sólida na dedicação e na qualificação de seu corpo docente e técnico-administrativo.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao assumir como sua função social a formação do ser humano crítico, que valoriza a ética, a dignidade, as diferenças individuais e socioculturais, mediante educação humano-científicotecnológica, ofertará, como alternativas educacionais:

- Educação profissional técnica de nível médio;
- Educação profissional de nível superior;
- Formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Formação de professores e;
- Pós-graduação.

A crença de que a escola deve assumir a responsabilidade de atuar na busca do desenvolvimento social e as mudanças implementadas pelo governo federal na legislação da educação profissional brasileira incentivaram-nos a promover uma discussão coletiva na reconstrução de nosso Projeto Pedagógico Institucional.

Ainda não foi possível acordarmos sobre o redimensionamento do currículo de todos os cursos, mas foi importante a caminhada no sentido de que os princípios, fundamentos e concepções, coletivamente debatidas, balizarão as diretrizes administrativas e educacionais para todas as modalidades e níveis de ensino.

2. Sinopse histórica

O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem uma trajetória histórica de quase um século. Esse itinerário começou a ser percorrido no início do século XX, por meio de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense, que sediou, em 07 de julho de 1917 - data do aniversário de Pelotas -, a assembleia de fundação da Escola de Artes e Offícios. Esta escola se caracterizava por ser uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. Quanto ao prédio, construiu-se com doações da comunidade, em terreno cedido pela Intendência Municipal.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Technica Profissional, que depois passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico. Os cursos oferecidos pelo Instituto compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: madeira, metal, artes construtivas e decorativas, trabalho de couro e eletro-química. João Py Crespo, Intendente Municipal que viabilizou o funcionamento da Escola, doou seus vencimentos para esse fim, exemplo seguido pelo 1º diretor, Sylvio Barbedo, e pelo primeiro grupo de professores.

O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década. Extinto em 25 de maio de 1940, seu prédio foi demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas. Em 1942, por intermédio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, primeira e única instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. O engenheiro pelotense Luiz Simões

Lopes foi o responsável pela vinda da Escola para o município, por sua intercessão pessoal junto ao Ministério da Educação e ao Presidente da República. A ETP foi inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas.

Começando suas atividades letivas em 1945, teve, inicialmente, o primeiro ciclo do ensino industrial, com cursos de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

A partir de 1953, a Escola ofereceu o segundo-ciclo da Educação Profissional e criou o primeiro curso técnico - Construção de Máquinas e Motores -, do qual é originário o atual curso de Mecânica Industrial. Em 1959, a ETP era caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPel. Com um papel muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPel tornou-se uma instituição especializada na oferta dessa educação profissional de nível médio, formando grande número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996, no dia 26 de fevereiro, foi colocada em funcionamento a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul.

Em 1998, a Escola Técnica Federal de Pelotas começou a efetivar sua atuação no nível superior de ensino, tendo obtido autorização

ministerial, após parecer favorável do Conselho Nacional de Educação, para implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da educação profissional.

Mediante o Decreto Presidencial, efetivou-se, em 1999, a transformação da Escola Técnica Federal de Pelotas – ETFPel, em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Com a aprovação da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

3. O contexto de sua reconstrução

O Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal Sul-rio-grandense, como forma de orientar e fundamentar suas ações, é resultado da interação entre os objetivos e as prioridades estabelecidas pela comunidade que o compõe. É preciso que as discussões sobre o planejamento e o que se quer da escola, bem como sua sistematização, façam parte do cotidiano. Portanto, a reconstrução do Projeto Pedagógico Institucional exige o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo.

A escola é desafiada, permanentemente, a se reformular. Portanto, precisamos estar sempre dispostos a vencer nossas próprias

resistências e a viabilizar a construção de uma escola pública que, de fato, eduque para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento de transformação social.

O primeiro passo, nesse sentido, foi dado quando iniciamos a discussão da Reconstrução do Projeto Pedagógico Institucional, desencadeada a partir das respostas a questionamentos que envolveram toda a comunidade.

Nelas, aparecem os sentimentos de confiança e de esperança, vislumbrando uma instituição que se propõe a ser um espaço de produção e de socialização de conhecimentos.

Nos resultados dessas discussões, constata-se que o discurso da maioria da comunidade – estudantes, pais, docentes e servidores técnico-administrativos – aponta para que o Instituto Federal Sul-rio-grandense se comprometa em:

- formar um cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos e deveres e de seu papel histórico na sociedade;
- colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, com uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais;
- compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos homens, criando-o e recriando-o de modo a adequá-lo às novas realidades sociais e;
- utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como indivíduo e como membro de uma coletividade sejam as norteadoras de sua formação educacional.

Estas considerações devem nortear a reflexão acerca das conexões entre o discurso e as práticas que se desenvolvem no Instituto Federal Sul-rio-grandense e, também, sobre a concepção de nossa função social como escola pública profissionalizante, os seus objetivos educacionais e a sua relação com a sociedade.

Sintetizando as respostas às questões propostas, pode-se concluir que a comunidade escolar considera que devemos oferecer uma formação que permita, ao educando, ter acesso a conhecimentos e valores, os quais lhes possibilitem contribuir para a construção de um modelo de sociedade cujo desenvolvimento econômico e humano seja acompanhado de solidariedade e justiça social. Isso implica reconhecer a necessidade de mudanças na atual organização social para atingir-se uma situação de maior equilíbrio na sociedade.

A comunidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, agora, Instituto Federal Sul-riograndense, percorreu um longo caminho para que pudesse acompanhar a trajetória da educação profissional no Brasil. Diferentes contextos sociais determinaram as decisões que levaram de Escola de Artes e Ofícios para Instituto Federal Sul-rio-grandense. Hoje, transformada em uma instituição de ensino superior. No entanto, para avançar nessa caminhada, é preciso consciência do que, de fato, se quer ser e fazer, como instituição pública de ensino profissionalizante. Mais do que isso: instituição pública de educação, ciência e tecnologia.

Até bem pouco tempo, orgulháamo-nos de oferecer, aos estudantes, uma sólida formação técnica, que lhes permitia, via de regra, produzir e gerenciar processos de produção, dentro da concepção

chamada taylorista-fordista. Tal concepção desenvolveu-se a partir de inovações técnicas e de uma organização dos processos produtivos que permitiram a produção e o consumo em massa. Para atingir esse objetivo, determinou-se uma radical separação entre concepção e execução do trabalho, com a fragmentação e a simplificação de tarefas e o planejamento meticuloso dos tempos e das etapas de produção, requerendo pouca formação e treinamento dos trabalhadores.

Mesmo para escalões intermediários na hierarquia dos postos de trabalho – caso dos técnicos de nível médio –, os conhecimentos práticos e técnicos restritos, que a formação escolar lhes possibilitava, eram suficientes para o bom desempenho das funções.

Hoje, desestabilizaram-se essas referências na formação para o exercício do trabalho e, por consequência, das profissões, principalmente em função das transformações ocorridas no processo produtivo, baseadas no taylorismo/ fordismo, em parte substituído pelo sistema japonês de organização e gestão do trabalho. Tais transformações, decorrentes do desenvolvimento de novas tecnologias, e, até por consequência delas, da globalização dos mercados, passaram a exigir outras competências do trabalhador.

O chamado modelo japonês – a denominada produção flexível – trouxe consigo mudanças na organização e na gestão dos processos de produção que, por sua vez, passaram, a exigir do trabalhador flexibilidade, capacidade de trabalhar em grupo, autodeterminação, iniciativa, criatividade, maior responsabilidade e comprometimento com todo o processo produtivo, características que, no modelo anterior, poderiam ser consideradas, em alguns momentos, como

desqualificadoras para o trabalhador. A máxima, hoje, é produtividade com qualidade e competitividade e, para atingir tal objetivo, é preciso o trabalhador envolver-se por inteiro em suas tarefas.

Já não bastam habilidades motoras e mentais menos complexas. É preciso competência para desenvolver processos de raciocínio articulado não só com o saber técnico-científico, mas com variáveis que também envolvem as relações humanas e sociais como um todo.

Nesse contexto, os parâmetros curriculares passaram a incentivar um processo de ensino que tornasse o indivíduo mais independente, mais criativo, mais flexível e capaz de solucionar problemas nos locais de trabalho. Tais parâmetros foram confundidos com antigos anseios de oferecermos, ao estudante, a possibilidade de constituir-se como um cidadão crítico, autônomo, capaz de participar da construção de uma sociedade que permita, a todos os seus membros, viver com dignidade.

De forma mais atenta, pode-se observar uma apropriação do discurso educacional humanista para justificar formas de maior exploração daqueles que vivem do trabalho. Quando se ouve sobre a necessidade de formar indivíduos autônomos, capazes de se adaptarem a mudanças constantes e de enfrentarem permanentemente novos desafios, é preciso que se tenha claro que, na sociedade atual, estamos tratando de características que poucos conseguirão desenvolver a partir das condições que lhes são dadas, ficando, a imensa maioria, à margem de um sistema com cada vez menos incluídos, conforme mostram as estatísticas de fome, miséria e desemprego nas mais diversas nações do mundo.

Em nenhum outro tempo, a humanidade produziu tantos e tão avançados meios tecnológicos, os quais ampliam as possibilidades de comunicação, de conhecimento, de relacionamento, aumentando a expectativa de vida e acenando com a possibilidade de todos serem felizes. No entanto, os avanços tecnológicos, que são produto do conhecimento, socialmente produzido e acumulado, e que deveriam reverter em ganhos para a sociedade como um todo, estão, cada vez mais, concentrando renda, eliminando postos de trabalho e provocando, como nunca anteriormente, o chamado desemprego estrutural.

A partir desse quadro, a grande maioria das escolas profissionalizantes foi invadida pelos valores e pela lógica do mercado, competição e individualismo: “só os melhores vencerão”, “é preciso lutar por seu lugar ao sol”, “trabalhador flexível é sinônimo de trabalhador competente”, “é preciso saber trabalhar em grupo”.

De acordo com formuladores de algumas teorias educacionais utilizadas, inclusive referência em reformas como, por exemplo, a Reforma da Educação Profissional trazida com o Decreto nº 2208/97, para que a escola possa manter sua importância e se justificar, precisa preocupar-se em dar respostas adequadas às exigências do mercado de trabalho, isto é, preparar os jovens para viver na sociedade como ela é. Esquecem, no entanto, que a sociedade não é predefinida, ela está na forma como seus membros a fazem.

Portanto, o desafio a ser enfrentado é o de se comprometer com o processo educativo, com o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões, para que ele tenha capacidade de viabilizar caminhos

coletivos que revertam à imensa exclusão social produzida pelas mudanças nos processos produtivos.

A escola, nesta perspectiva, precisa ser um espaço no qual devemos formar indivíduos que venham a interferir como sujeitos da história. Essa instituição precisa incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipatórias, que proponham uma reflexão crítica da história e da cultura, desmistificando o senso comum.

Torna-se necessário procurar entender as mediações que acontecem nas instituições de ensino, refletir sobre a prática docente, sobre as atividades diárias, sobre as forças culturais, econômicas e políticas que moldam a sociedade, para perceber a interação entre o sistema escolar, seus currículos e as relações sociais.

De forma ainda mais efetiva, precisamos referenciar nossa prática no nosso próprio discurso. Por exemplo, refletir o que significa para cada um de nós a afirmação, tantas vezes repetida, de que devemos “formar um cidadão crítico, reflexivo, autônomo, ciente de seus direitos e deveres, capacitado para participar da construção de uma sociedade mais igualitária”. Se esse é realmente o propósito de todos os que repetem tal discurso, é preciso transpô-lo para as relações concretas de nossa prática educativa.

Percebe-se que as discussões a respeito das relações entre a formação escolar e o poder, que detêm aqueles que dominam o conhecimento, são pouco frequentes no ambiente escolar. E, quando provocadas, sofrem uma forte resistência por parte dos que não percebem outra concepção de educação escolarizada que não seja aquela que vivenciaram ao longo de sua experiência, seja como estudante, seja

como professor. Nesta conjuntura, a escola tem um papel significativo na difícil tarefa de construir uma sociedade embasada em novos valores.

Como forma de viabilizar essa nova sociedade, é preciso resgatar o homem em seus espaços e em suas relações com o mundo, possibilitando que, em sua formação, o indivíduo tenha acesso a toda fundamentação teórica aliada à prática, que lhe possibilite a inserção no mundo do trabalho, permitindo “o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte.” (FRIGOTTO, 2005, pg.76)

Algumas análises feitas sobre os motivos que levaram a se empreender a reforma da Educação Profissional no Brasil indicam que ela veio com o intuito de tornar as escolas mais ágeis, capazes de responder às novas necessidades do mercado de trabalho. A dinâmica da construção da sociedade atual está sendo determinada pelo atual modelo econômico que dita os valores éticos, morais e culturais centralizados na necessidade exagerada de consumo e na mercantilização da ciência e da tecnologia.

No entanto, as manifestações que se coletam junto à comunidade indicam o quanto as pessoas não concordam com as consequências produzidas por este modelo econômico-social e apontam para a importância do papel do Instituto Federal Sul-rio-grandense na construção de um novo modelo que vislumbre um desenvolvimento que possa, ao menos, minimizar as diferenças geradas pelo atual modelo.

4. Função social

O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem como função social promover educação humano-científico-tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação continuada de trabalhadores; da educação tecnológica de nível médio; da graduação e pós-graduação e da formação de professores. Tomando o trabalho como princípio educativo, visa desenvolver o senso ético e motivar a sensibilidade através da cultura, para que seus estudantes, como cidadãos críticos e solidários, capazes de usar do conhecimento, do potencial da ciência e do método científico, comprometam-se politicamente com um projeto de sociedade mais justa.

5. Filosofia

Preparar para a vida, tendo o trabalho como princípio para construir aprendizagens significativas que aliem saber e fazer de forma crítica e contextualizada e estimulem a investigação, a criatividade, a participação e o diálogo, no respeito à pluralidade de visões e na busca de soluções coletivas baseadas na gestão democrática.

6. Missão

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o

conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

7. Valores

Proporcionar uma formação orientada no desenvolvimento das noções de ética e democracia, indispensáveis na formação de indivíduos ativos, conscientes e responsáveis, que atuem como agentes comprometidos com a emancipação humana e com a construção da cidadania plena.

8. Das finalidades, características e objetivos

As finalidades, as características e os objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense estão definidos na Lei nº 11.982, de dezembro de 2008, conforme descrito a seguir:

8.1. Finalidades e características

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente às voltadas à preservação do meio ambiente.

8.2. Objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

9. Currículo

Nos capítulos anteriores, enunciamos nossa função social e destacamos as características e os objetivos da instituição. Cabe-nos definir, agora, como vamos estruturar nossos currículos diante da realidade evidenciada.

9.1. Bases legais do currículo

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece os fundamentos e define a natureza da educação profissional. Complementam-na leis, pareceres, decretos, resoluções e portarias que compõem as bases legais que darão sustentação aos currículos das diversas modalidades de ensino do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

9.2. A construção curricular

A construção curricular no Instituto Federal Sul-rio-grandense, seguindo a filosofia estabelecida para orientar suas ações, toma o trabalho como princípio educativo, para articular o plano social, econômico, cultural, humano e concebe o sujeito como ser histórico-social, capaz de transformar a realidade em que vive.

A construção do currículo como instrumento de compreensão crítica da realidade e como uma prática que contempla a indissociabilidade entre saber e fazer é extremamente complexa. Isso porque nela interferem comportamentos políticos, administrativos, econômicos, didáticos, que encobrem crenças e valores, colocando em conflito diferentes interesses.

Para implementar a construção curricular, é necessário procurar entender as mediações que acontecem na instituição, nas atividades

diárias, nas forças culturais, econômicas e políticas que moldam a sociedade para perceberse a interação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense, seus currículos e a sociedade.

Para muitos que trabalham em educação, discutir a construção do currículo é tarefa dos pedagogos e de especialistas que teriam desenvolvido um conhecimento específico para formatá-los, cabendo ao professor a sua execução.

Entretanto, quando estamos definindo o currículo, é a oportunidade da concretização da função da escola num momento histórico e social determinado, como uma das maneiras de ter acesso ao conhecimento, não podendo o currículo esgotar seu significado em algo estático.

Como nos diz Sacristan (1998), citando Grundy (1997). O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas (p. 5).

O currículo precisa expressar o equilíbrio das forças e dos interesses das pessoas que formam nossa comunidade escolar para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional.

O desafio enfrentado é o de selecionar e organizar conhecimentos escolares que contemplem a formação geral e a formação profissional, baseada no processo histórico e ontológico da existência humana, cujo conhecimento científico é uma das dimensões.

10. Noção de competência

A noção de competência não é nova, mas seu uso, cada vez mais presente nos discursos oficiais sobre educação, é relativamente recente, por isso se torna necessário refletir sobre ela. De maneira geral, precisamos examinar o espaço e o significado que esse termo assume na construção dos currículos e no planejamento do ensino.

Tome-se a definição do dicionário Larousse (1930), porque ele ressalta uma das características essenciais da noção de competência:

Nos assuntos comerciais e industriais, a competência é o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de uso o que concerne ao seu ofício... ela supõe conhecimentos fundamentados... geralmente, considera-se que não há competência total se os conhecimentos teóricos não forem acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões sugeridas.

No dicionário Houaiss, encontramos competência definida como:

Derivação: por extensão de sentido.

“Capacidade que um indivíduo possui de expressar um juízo de valor sobre algo a respeito de que é versado; idoneidade. Soma de conhecimentos ou de habilidades”

Assim, é possível inferir que os usos que são feitos da noção de competência não permitem uma definição conclusiva. Em relação ao emprego do termo competências, Ropé e Tanguy afirmam que se apresenta, de fato, como uma dessas noções cruzadas, cuja opacidade

semântica favorece seu uso inflacionado em lugares diferentes por agentes com interesses diversos (...). Ela tende a substituir outras noções que prevaleciam anteriormente como as dos saberes e conhecimentos na esfera educativa, ou a de qualificação na esfera do trabalho (1997, p. 16).

É uma noção geral usada pelos diversos atores sociais, capaz de ser aplicada ao passado tão bem quanto ao presente, embora, no passado, não ocupasse um lugar tão central como hoje, principalmente no discurso para a educação.

A institucionalização de sistemas de competências tem ocorrido, mais expressivamente, mediante reformas empreendidas no sistema educativo, no crescimento e diversificação da oferta em educação profissional.

As novas formas de produção requerem modelos diferenciados de formação profissional que viabilizem o desenvolvimento de atitudes direcionadas à prática do trabalho, e não, apenas, ao exercício de uma determinada ocupação.

Como a demanda de mão-de-obra com as qualificações que supram as necessidades do novo modelo econômico não consegue mais ser proporcionada pela escola, foi incorporado, nas propostas curriculares, decorrentes da aprovação da LDB/96, o discurso de que cabe à educação escolar desenvolver, nos educandos, competências “desejáveis ao pleno desenvolvimento humano, sendo que estas se aproximam das necessárias à inserção no processo produtivo” (Bases legais, 1999, p. 25).

A garantia de um trabalho pedagógico que assegure o desenvolvimento de competências não significa uma homogeneização e uniformização das práticas pedagógicas.

Entretanto, ele precisa inserir-se na perspectiva de uma educação comprometida com o desenvolvimento do potencial do indivíduo em todas as suas dimensões. “É necessária uma educação que considere os vários graus de poder de apreensão dos jovens, propiciando-lhes a reflexão sobre seu próprio poder de refletir” (FREIRE, 1983, p. 59). Portanto, a aquisição de competências e conhecimentos deve ser acompanhada da educação do caráter, da abertura cultural e do despertar da responsabilidade social.

A noção de competência, antes mesmo de ser apropriada assepticamente pela escola, deve tornar-se objeto de análise dos protagonistas da educação, para que se possa desvelar e reconhecer seu real significado.

Torna-se necessário colocar a noção de competência sobre apreciação de distintas concepções pedagógicas, para então reconstruir seu significado coerentemente com a realidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no sentido de valorizar as potencialidades humanas como meio de transformação desta realidade e não no sentido de adaptação a ela.

Compreendemos que o desenvolvimento das competências não é algo a ser concluído ao final do processo de escolarização, mas é um processo de construção que se prolonga para além dela. É tarefa da escola desenvolver habilidades pela socialização dos múltiplos saberes e conhecimentos com os quais o estudante interage. O

domínio dos conhecimentos e sua articulação com a realidade, na perspectiva da emancipação, é a competência que o estudante precisa ter desenvolvido no final da sua escolarização. E a tarefa de incentivar esse desenvolvimento cabe, principalmente, ao professor, como protagonista principal da ação educativa em sala de aula.

A competência pode ter um apelo mais técnico-científico ou mais artístico-cultural, mas sempre haverá um arco de qualidades humanas que tomará parte nos fazeres de cada aprendizado específico.

“... a identidade da educação profissional não prescinde, portanto, da definição de princípios próprios que devem presidir sua organização institucional e curricular. Mas na sua articulação com o ensino médio a educação técnica deve buscar como expressar, na sua especificidade, os valores estéticos, políticos e éticos que ambos comungam.” (PARECER 16/99/CNE).

Não há conceito nem definição universal para a competência, já que abrange qualificações humanas amplas. A legislação indica a construção de competências que possibilitem uma visão crítica da vida, das relações sociais, do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das consequências das atitudes e ações humanas.

Nesta perspectiva, torna-se necessário desenhar um projeto de curso em contínuo movimento de flexibilização curricular, cujo currículo contemple uma relação pedagógica dialógica, base científica sólida, formação crítica da cidadania e preparação para o mundo do trabalho, trazendo a ética e a solidariedade como valores fundamentais na formação do profissional.

Cabe-nos potencializar competências requeridas socialmente a partir de conhecimentos que considerem todos os saberes e que façam do IFSul um espaço em que as pessoas convivam, cooperem, construam sua identidade, preservem sua cultura, respeitem o pluralismo, aprendam o manejo de regras, entendam o conhecimento já acumulado pela humanidade, possibilitando sua reconstrução e ressignificação.

Dessa forma, o currículo dos cursos do Instituto Federal Sul-rio-grandense estará voltado a perfis profissionais específicos de cada área, o qual contemplará aspectos próprios de cada curso e aspectos comuns obrigatórios, propiciando, ao estudante, condições para:

- conhecer e compreender a sociedade, sua origem, suas transformações, os fatores intervenientes e seu papel como agente social;
- conhecer e utilizar as formas de linguagens, a fim de estabelecer relação com o contexto socioeconômico e histórico-cultural;
- ler, interpretar e sistematizar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, articulando os conhecimentos científicos e tecnológicos dos diferentes ambientes.

11. Avaliação

Pensar sobre as possibilidades de gestão de novas propostas pedagógicas para o Instituto Federal Sul-rio-grandense significa resgatar e trabalhar sobre o processo histórico vivido por seus atores, tanto nos seus aspectos de permanência como em seus aspectos de mudanças políticas e pedagógicas.

Sabe-se que a avaliação constitui-se em um tema de constantes estudos e debates na área da educação, despertando discussões que ultrapassam os limites do espaço pedagógico.

Nos últimos anos, por exemplo, além de identificar resultados das aprendizagens dos estudantes, a avaliação tornou-se importante instrumento para análise do desempenho de instituições e sistemas educacionais, como é o caso do SAEB, do ENEM e do ENADE. Nessa perspectiva, discutir avaliação educacional implica, também, analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas no interior das salas de aula.

Entende-se que ensinar não se restringe a uma questão de transferir conhecimentos, mas de trabalhar modos de raciocinar, de pensar, de explicar e de compreender. Na mesma direção, entende-se que aprender não significa apenas acumular conteúdos, mas também modos de trabalhar com o conhecimento, interiorizá-lo e integrá-lo à estrutura mental do estudante e ao seu contexto social. Por isso, a avaliação valorizada somente e/ou principalmente pelas suas características de objetividade e possibilidade de manipulação de dados é uma noção simplista e limitada, levando ao risco de relevar, em segundo plano, aspectos importantes do processo de ensinar e de aprender.

Concebe-se a avaliação como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Ela deve ser contínua, formativa e personalizada, contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, e estimulá-los a continuar a aprender.

A crença no esforço de cada professor (a) dessa Escola tem sido tomada como referencial importante pelo sucesso do (a) estudante no processo educativo.

Nessa perspectiva, as manifestações dos (as) professores (as) e dos (as) estudantes sobre o tema da avaliação constituíram-se no principal referencial para a edificação do processo de avaliação das aprendizagens no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Citam-se algumas expressões manifestadas pela comunidade, sem considerá-las como as únicas válidas nem como excludentes dos demais posicionamentos.

... entende-se avaliação educativa como uma atividade prática que visa à formação integral das pessoas que participam dos processos educativos ... a avaliação educativa é, sobretudo, uma questão de ética, não só uma questão acadêmica, de técnica, de saber... os aspectos técnicos adquirem sentido precisamente quando são guiados por princípios éticos.

Como meio de reflexão da ação educativa e para direcionar e realimentá-la; como meio de diagnosticar o processo de ensino e aprendizagem do aluno e do professor; Desse modo, não deve ser restrita a um único mecanismo rígido, deve contemplar diferentes instrumentos que, aplicados nos momentos adequados, demonstrem a melhor forma de aprendizado.

Outras declarações observaram que, no processo de avaliação, ...levam-se em consideração todos os aspectos: sócio-históricos, culturais, naturais, fazendo assim com que o estudante seja um agente de transformação... expresse o quantitativo e o qualitativo ... consiga

avaliar o estudante como um todo ... seja coerente com a concepção de educação e o interesse do estudante ... seja processual e metodológico.

Alguns docentes ressaltam a ideia de que a avaliação não deve se constituir em um processo “punitivo” ou “excludente”. Suas expressões sugerem várias perspectivas importantes, quando explicitam que a avaliação deve ser contínua/formativa/significativa, devendo respeitar o tempo de aprendizagem dos estudantes; reconhecer as experiências e os conhecimentos dos estudantes; reconhecer o erro como parte integrante do processo; flexibilizar os instrumentos; minimizar controle e seleção; focalizar processo e instrumentos que permitam observar, mais do que os resultados, o próprio processo . Deve ser clara e transparente para o estudante, considerando as peculiaridades individuais, promovendo a contextualização do conhecimento trabalhado e o desenvolvimento da auto-confiança do educando.

Encontramos, também, expressões que referenciam o processo avaliativo na direção de uma perspectiva formativa do estudante, quando os professores manifestam que a avaliação precisa ser “voltada à valorização das aprendizagens significativas, às estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral do estudante e dos processos criativos”.

Percebemos que as expressões dos (as) professores (as), suas inquietações e expectativas em relação ao processo de avaliação das aprendizagens dos (as) seus (suas) estudantes encontram guarida nos documentos legais, tais como: LDB/96; DCNEM/98; PCNEM/98 e, mais recentemente nos PCN+ (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) publicados em 2002).

Nesse sentido, está explicado nesse documento que:
... quando o professor deseja que cada um de seus alunos se desenvolva da melhor maneira e saiba expressar suas competências, avaliar é mais do que aferir resultados finais ou definir sucesso e fracasso, pois significa acompanhar o processo de aprendizagem e os progressos de cada aluno, percebendo dificuldades e procurando contorná-las, superá-las continuamente. À medida que os conteúdos são desenvolvidos, o professor deve adaptar os procedimentos de avaliação do processo, acompanhando e valorizando todas as atividades dos alunos, como os trabalhos individuais, os trabalhos coletivos, a participação espontânea, o espírito de cooperação, e mesmo a pontualidade e a assiduidade. As avaliações realizadas em provas, trabalhos ou por outros instrumentos, no decorrer do semestre ou em seu final, individuais ou em grupos, são essenciais para obter um balanço periódico do aprendizado dos alunos, e também tem o sentido de administrar sua progressão. Elas não substituem as outras modalidades contínuas de avaliação, mas as complementam. (PCN+, p.136)

Portanto, pode-se concluir que qualquer modelo de avaliação adotado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense para refletir o pensamento dos professores, neste momento, deve partir de uma reflexão crítica sobre a prática e traduzir-se em uma ação pedagógica que inclua a avaliação como um elemento constitutivo do processo didático de ensino-aprendizagem.

12. Políticas de ensino para educação básica

12.1. Educação inicial e continuada de trabalhadores

A educação para trabalhadores tem como princípio constituir a educação geral como parte inseparável da educação profissional, em todos os âmbitos em que se efetive a preparação para o trabalho. Porém, essa integração exige que a relação entre formação geral e específica seja construída continuamente, ao longo da educação do indivíduo, sob a égide do trabalho.

E esse, como princípio educativo, segundo Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005), “tem o sentido de sobrepujar a dicotomia trabalho manual/ trabalho intelectual, de conjugar a dimensão intelectual com o trabalho produtivo e de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (p. 85).

Para Gramsci, “o verdadeiro dirigente é aquele que sabe respeitar o seu subordinado, isto é, sabe direcionar o trabalho, mas, principalmente, leva em conta os direitos de seu empregado” (1986, p. 54). Assim, a formação integrada relega a ideia do ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Para isso, é preciso ignorar o reducionismo da simples preparação para o mercado de trabalho, e conceber a formação profissional como forma de entender e modificar a realidade, por intermédio de ação técnica, política e cultural.

12.2. Educação profissional técnica de nível médio

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira presenciou a implementação de reformas educacionais que visavam atender às demandas do mercado globalizado.

As políticas educacionais adotadas, principalmente em nível federal, alteraram legislações anteriores, currículos e formas de avaliação, dissociando o ensino propedêutico do ensino profissionalizante, o que resultou em um modelo de educação profissional preocupada tão somente com a “preparação de força de trabalho para o mercado”, que passa a influenciar no que deve ser ensinado na escola profissionalizante por meio de sua organização curricular.

O modelo de educação profissional, implementado com o Decreto nº 2.208/97, gerou o distanciamento dos egressos dessa modalidade de ensino da escola idealizada por Gramsci (1967, p. 141).

Escola única de cultura geral, humanística, formativa, que considere justamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar de forma manual (técnica, industrialmente) e o da potencialidade do trabalho intelectual, que lhe possibilitasse um olhar crítico sobre a relação capital-trabalho.

Nesta perspectiva, o Decreto nº 5.154/04 resgata a possibilidade da “escola unitária”, permite a unificação dos saberes propedêuticos e profissionalizantes, visando à formação de profissionais humana e tecnologicamente preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

A educação profissional tem especial importância como meio para

a construção da cidadania e para a inserção de jovens e adultos na sociedade contemporânea, caracterizada pela dinamicidade e por constantes transformações técnicas. Para que ela desempenhe seu papel, não pode ser compreendida como um mero treinamento com vista à empregabilidade imediata. Deve ser encarada, independentemente da modalidade na qual seja desenvolvida, como meio para construir conhecimentos, adquirir competências que possibilitem interferir no processo produtivo, compreender as formas de produção e desenvolver habilidades que capacitem o trabalhador para o exercício da reflexão, da crítica, do estudo e da criatividade.

Partindo desse pressuposto, não é mais possível que se mantenham escolas pobres de conhecimento, distanciadas da realidade, reprodutoras das desigualdades sociais e historicamente dualistas na sua estrutura: separam o ensino propedêutico da formação profissional.

A partir dessa compreensão, o Instituto Federal Sul-rio-grandense, na proposição curricular da educação profissional técnica de nível médio, priorizará uma ação educativa que propicie a construção conjunta de conhecimentos técnico-científicos. Buscará, dessa forma, proporcionar educação profissional que permita, ao egresso, inserção no mundo do trabalho e/ou a continuidade de estudos, universalizando e tornando unitária a formação básica do cidadão, independentemente de sua origem socioeconômica.

13. Políticas para o Ensino Superior de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa

13.1. Educação profissional tecnológica

Os cursos tecnológicos têm, no Brasil, um longo percurso embora, entre nós, sejam considerados como novos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trata, em dois de seus artigos, da Educação Profissional, e o Decreto nº 5.154 estabelece três níveis para esta modalidade: formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação.

Na trajetória educacional brasileira, vem persistindo a separação entre trabalho e educação, refletindo a divisão da sociedade em empregador (que sabe pensar) e empregado (que sabe fazer). Aos primeiros, reserva-se o ensino das humanidades e, aos outros, o treinamento. Talvez esta dualidade, persistente no sistema educacional, tenha induzido à compreensão da educação superior desvinculada do mundo do trabalho a ponto de considerarmos alguns cursos tradicionais como “acadêmicos”. No entanto, todos os cursos superiores são profissionalizantes.

Para o Instituto Federal Sul-rio-grandense, os cursos superiores de tecnologia serão mais uma alternativa de profissionalização em nível superior, criados para responder à demanda por preparação, formação especializada, aprimoramento educacional e profissional, oferecidos em áreas, em que três anos de formação sejam suficientes para uma educação de qualidade.

A sua organização curricular estará voltada para a formação de profissionais capazes de desenvolver tarefas próprias e de apreender os processos tecnológicos, para atender a diversificação e a complexidade de uma determinada área. Enfocará formação específica voltada para a gestão e para o desenvolvimento do mundo do trabalho. Apresentará estrutura acadêmica que propiciará, ao formando, sólida formação científica voltada à compreensão teórico-prática das operações a executar em área determinada.

13.2. Cursos de engenharias

A expansão da educação superior é seguramente um dos fatores relevantes para o crescimento da economia brasileira nas próximas décadas. Neste sentido, é necessário enfrentar, principalmente, os problemas da desigualdade das oportunidades de acesso e da qualidade do ensino. A ampliação do acesso à educação superior de qualidade deve ser uma das prioridades para o processo de desenvolvimento nacional e para a melhoria da qualidade de vida da população. O Instituto Federal Sul-rio-grandense, com seus cursos de Engenharias, visa contribuir na ampliação da oportunidade de acesso ao ensino superior, preferencialmente em turno noturno social.

Na construção dos cursos de Engenharia no Instituto Federal Sul-rio-grandense, serão priorizados, para a formação acadêmica, os valores democráticos como princípios fundamentais à educação, à produção de conhecimento, à ética, aos valores humanos consolidados em razão de ações que permitam uma integração efetiva entre o estudante do Instituto Federal Sul-rio-grandense e à sociedade, com expressiva quantidade de atividades laboratoriais.

O Projeto Pedagógico dos Cursos de Engenharias contemplará os seguintes aspectos:

- realização de programas interdisciplinares e de pesquisa que possibilitem o desenvolvimento de inovação e desenvolvimento científico-tecnológico;
- realização de estágios como vínculo entre a formação acadêmica e o desenvolvimento científico-tecnológico, com aplicação direta no mundo do trabalho;
- realização de atividades de extensão e adoção de medidas que tornem transparentes, à sociedade, as ações tomadas no âmbito do Curso e que permitam uma ausculta da sociedade em termos de suas necessidades e anseios.

13.3. Formação de docente

Embora o ato de ensinar seja uma prática muito antiga, muito se tem estudado, publicado e continuamente somos instigados a investigar de qual ou de quais conhecimentos precisa-se ou como se deve agir para exercer o ofício de ensinar.

Inúmeros pesquisadores têm se dedicado a investigar questões ligadas ao professor. Algumas delas mostram resultados, indicando um repertório de conhecimentos e de ações que precisam ser assumidos pelos docentes, para se tornarem professores competentes.

Outras pesquisas tratam do professor-reflexivo (Zeichner, Schön), dos saberes do professor (Tardiff, Pimenta, Cunha), do professor-pesquisador (Elliot, Ambrósio), bem como da transição de paradigmas (Santos), que contribuem para o arcabouço teórico de estudos sobre

a caracterização do profissional professor. Conta-se, também, com a contribuição das teses e dos estudos de Paulo Freire.

Esses estudos têm fortalecido a importância de se repensar o processo de formação do professor. Ao investir na sua formação, alertam para que se atente para a importância de não se perder a conexão com as práticas pedagógicas cotidianas, compreender como estão sendo produzidas as representações e as determinações que o professor faz de sua própria prática.

Pensar na formação do professor, para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, capaz de articular racionalidade científica e prática reflexiva, leva, necessariamente, a se compreender o conhecimento historicamente construído e sistematizado, dentro de uma concepção que rompa com a lógica positivista – concebendo o conhecimento com dupla entrada –, epistemológica e societal, sem a tradicional hierarquização entre conhecimento e saberes. Esses, empregnados da práxis cotidiana do mundo profissional com suas transformações e contradições, um processo de “aprendência” que requer contínuas interlocuções com a ciência e com a prática social, transferindo o foco do ensino para a aprendizagem.

Isso implica considerar o conhecimento contextualizado como categoria articuladora na análise dos processos de formação do professor, com sólida base científica e humanística para o exercício da cidadania, entendendo cidadania como expansão de direitos.

Nesta perspectiva, torna-se necessário desenhar um projeto de curso, em contínuo movimento de flexibilização curricular com

perspectiva interdisciplinar, em que o currículo contemple uma relação pedagógica-dialógica, pensando o professor em sua perspectiva histórico-social (Vygotsky), mantendo sólida base científica, formação crítica da cidadania, trazendo a ética e a solidariedade como valores fundantes na formação do professor. Isso requer uma transformação, não só da formação inicial, como também da formação continuada de professores numa outra concepção de conhecimento, de ciência e de mundo, evidenciando que há um “movimento histórico” permanente de tensões entre o “vivido e o por viver”. Além disso, várias pesquisas estão desvelando as contingências e as necessidades de mudança, num tempo marcado pela incerteza e exigente de outras posturas epistemológicas, políticas e socioculturais.

13.4. Pós-graduação

O sistemático avanço do conhecimento humano no século XX, principalmente na área de tecnologia trouxe, como resultado concreto, a permanente mudança nos processos de aquisição, de utilização e de construção de novos conhecimentos e técnicas.

A consolidação dos cursos de pós-graduação é fator preponderante no processo de produção do conhecimento, na qualificação do exercício das atividades da docência e na preparação de pesquisadores para desenvolverem novas técnicas e processos, a fim de atender os avanços do mundo do trabalho. A formação de pesquisadores se dá, fundamentalmente, em programas de pós-graduação; por outro lado, a constituição e consolidação de grupos de pesquisa é condição indispensável para implantação da pós-graduação.

A oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu será incrementada a partir dos cursos de especialização, nas seguintes áreas de conhecimento: ciências exatas e da terra; engenharia; ciências sociais aplicadas; ciências humanas, letras e artes.

13.5. Integração entre ensino e pesquisa

Ao assumirmos, coletivamente, a prática de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes para conviver em democracia e que, no domínio dos conhecimentos, habilite os alunos a discutirem questões do interesse de todos, propiciando a melhoria da qualidade de vida, temos, no Projeto Pedagógico Institucional, o elemento aglutinador de todas as nossas ações educacionais.

O trabalho educacional contemporâneo precisa refletir sobre os agentes políticos e econômicos que nele interferem e buscar a formulação de uma proposta crítica, relacional e dialética. Essa proposta deve conectar as experiências e a cultura dos estudantes com o conhecimento sistematizado; construir conhecimentos e desenvolver produtos que auxiliem na resolução de problemas do setor produtivo; dinamizar e consolidar, no ambiente acadêmico, habilidades e competências no domínio das inovações científicas e tecnológicas; implementar ações para minimizar os problemas comunitários, realizando atividades orientadas para a melhoria da qualidade de vida e promovendo a capacitação permanente de professores e técnico-administrativos.

A pesquisa como princípio educativo deve estar presente em todos os níveis de ensino e, assim, orientar o estudo e a busca de soluções para as questões do dia-a-dia e do meio em que vivem os estudantes,

do mundo do trabalho, ou de outras organizações que compõem a sociedade.

A pesquisa, como nos ensina Demo (2000, p.9), é atitude de “aprender a aprender”, e, como tal, faz parte de todo o processo educativo emancipatório. Deve caber no pré-escolar e na pós-graduação. No primeiro, como princípio educativo. No segundo, a pesquisa aparece mais como princípio científico.

Para tal, a pesquisa deve incentivar, no Instituto Federal Sul-rio-grandense, espaços de discussão sobre quais conhecimentos e com que perspectivas poderiam vir a proporcionar possibilidades dos sujeitos agirem de forma responsável e interferirem solidariamente no seu contexto histórico e social. E, também, deve provocar, no estudante, atitudes que despertem a curiosidade acerca do conhecimento e da sociedade, para que possam formular questões de investigação no campo mais formal que comporá a pesquisa acadêmica.

Portanto, devem estar integrados: ensino, pesquisa, e relações comunitárias, os quais deverão ser planejados, executados, acompanhados e avaliados para que se mantenham constantemente inteirados com a sociedade em geral, e, em particular, com o mundo do trabalho.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, por sua trajetória em educação profissional, tem importante contribuição a oferecer para o desenvolvimento científico e tecnológico da região.

14. Políticas de ensino para educação a distância

Os significativos avanços na tecnologia de informação permeiam as mais variadas áreas do conhecimento. A educação não ficou fora deste contexto, implantando, em seu rol de ofertas de modalidades de ensino, a Educação a Distância.

Na legislação brasileira, com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que define a educação a distância, observa-se que o conceito apresentado evoluiu, quando passa a ser utilizado como “educação a distancia”, não mais como “ensino a distância”.

É fundamental não perder de vista que o papel primordial da tecnologia é servir ao homem. Desse modo, a educação tecnológica deve promover a integração entre tecnologia e humanismo, não no sentido de valorizar a relação educação/produção econômica, mas principalmente à formação integral do indivíduo. Educar o ser humano diante da sua crescente interação com a máquina implica encarar a tecnologia como um meio, e não um fim a ser alcançado. Ou seja, utilizar critérios de eficiência e eficácia na escola, importados da economia, não produzem resultados satisfatórios a médio prazo, pela incapacidade da escola em acompanhar a velocidade com que as transformações econômicas e sociais se realizam (CARDOSO, 1999, p. 219-220).

Na contemporaneidade, verifica-se uma série de discussões que direcionam seu foco de atenção para o incremento de processos vinculados à Educação a Distância. A EAD, como já se convencionou denominar, é amplamente defendida por uma grande parcela de pesquisadores e estudiosos devido, principalmente, ao incremento tecnológico da área educacional.

O campo da educação a distância é polêmico e cheio de desafios. A inovação tecnológica de informação, por si só, não representa uma nova pedagogia, ela não vem substituir nem tirar a importância da pedagogia dos docentes ou de sua formação. “A EAD necessita de proposta pedagógica diferente da educação presencial e, ao mesmo tempo, tem de ser igual, até mais exigente do que um curso desenvolvido face a face”. (OLIVEIRA, 2003, p.11)

A globalização dos processos de comunicação determina a abertura de um escopo abrangente de ferramentas que podem participar do processo de ensino-aprendizagem.

A rede mundial de computadores pode colaborar no encaminhamento de novas metodologias educacionais, assumindo o papel de elemento motivador e aglutinador de projetos inter e transdisciplinares na área de educação. Uma ferramenta com capacidade de ampliar e potencializar a relação entre conhecimentos de áreas diversas.

A importância da conectividade no desenvolvimento tecnológico contemporâneo tem sido analisada por diferentes prismas. Afinal, informação no computador é poder comercial, político, poder de mudar o mundo. Entretanto, o acesso à informação passa pela educação, e já se fala num tipo novo de analfabeto, aquele que não tem conhecimentos de informática. O impacto do computador na reformatação da sociedade é e será tão grande ou maior do que a Revolução Industrial, especialmente a partir da segunda fase, em meados do século XIX (CARDOSO, 1999, p. 217).

A Educação a Distância no Brasil recebeu um grande incentivo com

a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB é formada pela parceria entre instituições de ensino superior que pretendem levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não têm oferta para atender aos cidadãos. O desafio, nos próximos anos, será elaborar uma política em educação que incorpore as tecnologias de informação como ferramenta, como uma estratégia de transformação educacional, mediante projetos que possibilitem uma educação de qualidade para todos.

Na construção curricular da educação a distância, o Instituto Federal Sul-rio-grandense buscará referenciais que possam atender a espaços e tempos diferentes e que permitam implementar, na educação a distância, o que é essencial na educação presencial.

15. Políticas de inclusão de pessoas com necessidade de Educação Especial

No Brasil, a Constituição Federal estabelece o direito das pessoas, com necessidades especiais, receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, III).

A partir da segunda metade da década de 1990, com a difusão da Declaração de Salamanca, que propõe que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar, passou-se a difundir e construir a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos e construir um único sistema educacional de qualidade para todos.

16. Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In SADER, Emir e GENTILLI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Bom Tempo, 2005.

BRASIL. MEC. Decreto N° 5.622. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622, em 2005.

BRASIL. MEC. Parecer CNE/CEB N° 16, outubro de 1999.

BRASIL. MEC. SETEC. Educação Profissional e Tecnológica - Legislação Básica. Brasília, 2005.

BRASIL. UAB. Portal da Universidade Aberta do Brasil. Disponível em <http://www.uab.mec.gov.br>, em 2006.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica, In: _____. Educação tecnológica – desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Pesquisa e construção do conhecimento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (organizadores). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

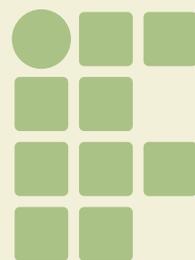
GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1978.

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Ensino médio, construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Elza Guimarães. Educação a distância na transição paradigmática. Campinas: Papirus, 2003.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sul-rio-grandense